

A close-up portrait of a man's face, showing his eyes, nose, and mouth. He has a prominent white scar on his forehead. The image is divided into horizontal bands of different colors: orange at the top, brown in the middle, and dark red at the bottom.

MARIO SERGIO CORTELLA

A DIVERSI DADE

APRENDENDO
A SER
HUMANO

LITTERA



MARIO SERGIO CORTELLA

A
DIVERSI
DADE

APRENDENDO
A SER
HUMANO

LITTERA

The logo for Littera, featuring a stylized, symmetrical flourish or wing-like design centered below the word.

Copyright © MARIO SERGIO
CORTELLA Copyright © 3DEA
EDITORA

EDITOR PELO AUTOR
Paulo Jebaili

EDITOR CHEFE
Patrícia Azevedo

PRODUTOR EDITORIAL
Daniela Soares

ASSISTENTE EDITORIAL
Natália Perruchi
Valeria Bueno

REVISÃO
Arte do Texto

ARTE DE CAPA
Rafael Nicolaevsky

DIAGRAMAÇÃO
César Oliveira

PRODUTOR GRÁFICO
Jessyca Marinho

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C827d Cortella, Mario Sergio.

A diversidade : aprendendo a ser humano /

Mario Sergio Cortella ; co-autora Janete Leão

Ferraz. – São Paulo: 3DEA Editora; Littera, 2020.

1. Diversidade. 2. Preconceitos e antipatias.

3. Identidade social. 4. Discriminação. I.

Ferraz, Janete Leão. II. Título.

CDU 316.647.8

Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

Índice para catálogo sistemático:

1. Estereótipos, preconceitos, discriminação 316.647.8

Edição adaptada e renomeada



2020

CHEGANDO...

A EDIFICAÇÃO DA HUMANIDADE EM NÓS

Em 1997, pude defender a minha tese de Doutorado sob a orientação do educador Paulo Freire (1921-1997), chamada *A Escola e O Conhecimento* (depois publicada em livro). Nela, faço um relato que por muitas vezes retomei, seja pelo fato de pessoas pedirem que o recontasse, seja pela agudeza e exemplaridade ética contida, que também pode nos oferecer neste começo de meditação séria sobre A Diversidade.

Assim, segue novamente o relato, agora rearranjado.

CENAS DE “SELVAGERIA”

Um contato com dois índios expõe quanto de insensibilidade e de indiferença em relação ao outro nossa sociedade consegue tolerar:

Em 1974, dois caciques da nação Xavante vieram visitar a cidade de São Paulo. Deixaram Cuiabá, desembarcaram no aeroporto de Congonhas e foram levados à unidade daquilo que hoje é a Funai. No dia seguinte, a programação era levá-los para conhecer lugares representativos da cidade. O itinerário começou pela Avenida Paulista, que os deixou estupefatos. No metrô, ficaram impressionados com a velocidade com que eram transportados. Próxima parada: o shopping center. Detalhe: os xavantes não usavam o dinheiro naquela época. Qualidade de vida

para eles era ter acesso a alimentos. Pois bem, naquele templo do consumo, o que mais causou espanto nos indígenas foi a grande quantidade de espelhos. Eles não conseguiram entender por que a gente gostava tanto de se ver, em vez de olhar o outro. Se você estava com você o tempo todo, por que ia querer ver a si próprio, tendo tanta gente ao redor? Eles não conseguiram entender, nem a gente foi capaz de explicar.

Outro ponto turístico foi o estupendo Mercado Municipal, projetado por Ramos de Azevedo. Não foram necessários mais do que dois passos dentro daquele entreposto imenso, com comida em abundância, para que os índios ficassem maravilhados. Pilhas de alface, de tomate, de cenoura, de laranja. Um deslumbramento. Num dado momento, entretanto, um deles viu uma cena que passava despercebida pela maioria das pessoas que ali estava. Ele mostrou um menino negro, pobre (a gente sabia que era pobre pela roupa, o xavante não tinha aquele referencial), com um saquinho na mão pegando alface deteriorada, tomate estragado, batata já moída. “O que ele está fazendo?” Nenhum e nenhuma de nós notaria aquela situação corriqueira no cotidiano da metrópole, porque pareceria “normal”. Falamos: “Ele está pegando comida”. O cacique ficou quieto, continuou andando conosco, mas estava incomodado. Minutos depois, retomou o assunto:

— Eu não entendi. Por que ele estava pegando a comida estragada do chão, se tem essa pilha de comida boa?

— É que para pegar comida dessa pilha aqui precisa de dinheiro.

— E ele não tem dinheiro?

— Não.

— Por que ele não tem dinheiro?

O que ele está cutucando? A nossa base ética, o nosso valor de vida. Uma criança com fome, mesmo diante de uma pilha de comida boa, come comida estragada, e achamos isso normal?

— Ele não tem dinheiro porque é criança.

— E o pai dele tem?

— Não, o pai dele não tem.

— Não entendi. Por que você, que é grande, tem, e o pai dele, que é grande, não tem? De qual pilha você come, dessa daqui ou a do chão?

— Dessa aqui.

— Por quê?

A única resposta possível para o cacique naquele momento foi a que algumas pessoas dão: “Sabe o que é? É que aqui é assim”. E os xavantes falaram algo de que nunca esqueci: “Vamos embora.” Não era para ir embora do mercado, eles queriam ir embora de São Paulo. Veja como eles são “selvagens”, pensariam alguns...Selvagens? São mesmo? Quem o é e como? A própria palavra “selvagem”, o que vive e vem da selva, usada nesse contexto e para avaliar os dois indígenas é preconceituosa e ameaçadora da diversidade, não é?

Ora, o Brasil é um dos países com a maior diversidade cultural, natural, geográfica e biológica do mundo. Reúne pessoas de todos os tipos, origens, gêneros, sotaques e religiões. Há, no entanto, quem veja essa pluralidade não como fonte de riqueza, mas como razão para criar barreiras. Quem, em vez de enxergar o

outro como diferente, o vê como inferior, seja pela etnia, região de onde vem, condição social ou pela orientação sexual. Ainda que se exalte a mistura que forma o diversificado mosaico humano existente no Brasil, no dia a dia vemos manifestações que rechaçam as diferenças. Em vez de encararmos a pluralidade como um patrimônio, em algumas ocasiões, nos mostramos uma sociedade adversa à diversidade. Observamos o preconceito presente em situações do nosso cotidiano.

A atitude preconceituosa é deletéria para quem dela for alvo e também para quem a pratica. A vítima, obviamente, padece de forma mais aguda e sofrida. O vitimador, por sua vez, tendo agido de forma consciente ou não, é também vitimado pela própria tolice mental, indigência espiritual ou fragilidade moral.

Por isso, quando eu, Cortella, aceitei o convite para discorrer sobre o preconceito, pensei naquilo que um professor precisaria evitar para não tornar a obra banal, rasa ou, pior, uma lista de regras que poderia sugerir que o tema é fácil de lidar e rápido de solucionar. Para tanto, decidi caminhar no terreno de conceitos, reflexões, casos e práticas sobre o preconceito em geral, sem abrir mão de sugestões, mas tampouco supor que somente segui-las seria suficiente para resolver a questão.

Se quisermos edificar consciências e práticas efetivas de recusa à violência que o preconceito representa, é necessário empreender nosso melhor esforço. Isso significa usar todos os instrumentos disponíveis (pedagógicos, legais, morais) para prevenir e desestimular qualquer manifestação cuja intenção e resultado seja segregar, excluir, vitimar ou discriminar qualquer ser humano, em qualquer circunstância, em qualquer lugar, em qualquer tempo.

A existência de uma legislação, por exemplo, que puna manifestações de preconceito, por si só, não basta para impedir situações dessa natureza. Contudo, é fundamental que as leis estejam em vigor. A uma legislação se obedece por temor ou convicção, mas coibir o preconceito é um princípio ético que está além do âmbito da legalidade. É uma questão de decência no convívio.

Daí a necessidade de um ensinamento significativo e marcante. “Ensinar” significa deixar uma marca em alguém capaz de levá-la adiante. Não por acaso, o subtítulo deste livro é “Aprendendo a Ser Humano”.

A relação interpessoal tem de ser regida pela **decência** como princípio (ponto de partida) e meta (ponto de chegada), no intuito de buscar uma vida coletiva que reconheça a beleza na diversidade, a complementariedade na diferença, a riqueza na pluralidade.

Esse olhar não se constrói somente por meio de conselhos, determinações ou por consultas a manuais. Trata-se muito mais de uma convicção baseada em valores humanistas e numa ética de convivência orientada pelo lema “um por todos e todos por um”, em detrimento do “cada um por si e Deus por todos.”

O propósito deste livro é apresentar ideias e concepções que contribuam para semear um futuro decente, de vida plena para todos e todas, sem vexames nem hipocrisias, em uma sociedade que acolha as diferenças sem promover desigualdades.

Um ponto interessante para refletirmos sobre ética é pensá-la como a capacidade de proteger a dignidade da vida coletiva.

Afinal de contas, nós — homens e mulheres — vivemos juntos. E, com isso, afirmamos a nossa condição de humanos com

outros humanos. Aliás, para seres humanos não existe vivência, apenas convivência. A nossa humanidade é compartilhada.

Ser humano é ser junto!

CAPÍTULO 1

RESPEITO SIM, PRECONCEITO NÃO!

A sociedade também é um espaço que pulsa pelo convívio de diferenças. Como tal, precisa ser um ambiente no qual as pessoas se orientem pela ***decência na conexão entre as partes***.

Como a intenção de todo ensino e de todo aprendizado deve ser a construção de uma vida mais plena, mais livre e mais bonita para cada pessoa — e para todos ao mesmo tempo —, entra em cena a decência.

Mas, o que é a decência?

Na formação da palavra “decência”, o antepositivo “dec” significa enfeitar, embelezar, combinar, ornar. Daí as palavras “decorar”, “decoro”, “indecoroso” e “indecente”. Indecente é o que não combina, não orna, enfeia, destoa, torna disforme. Por sua vez, decente é o que enfeita, torna elegante, ornamenta.

O preconceito, portanto, é uma “coisa feia”, pois enfeia aquele que o pratica e porque quer tornar feio aquele que é vitimado. O preconceito não combina com uma humanidade que se deseja fraterna, solidária e feliz. Quando falamos “aquela é uma bela pessoa”, não estamos nos referindo ao aspecto externo da beleza; a intenção é afirmar que aquela pessoa é boa e decente, com atitudes e opiniões que ornamentam a ética da bondade sincera.

Convém lembrar que o preconceito é uma possibilidade, porque é fruto da nossa liberdade de reflexão. Todos somos livres,

inclusive para sermos tolos. Não se pode, portanto, impedir que o preconceito apareça entre nós, mas ele pode ser prevenido, recusado e rejeitado.

Ninguém está isento de presenciar uma manifestação de preconceito no meio em que vive. O que fazer nesse momento? O primeiro passo é impedir que aquela situação se prolongue. Nunca se deve orientar ofendendo nem corrigir humilhando, para que não se produza um novo preconceito.

Há uma antiga regra que diz que se deve elogiar em público e repreender no privado. Isso significa que se você presencia uma situação de preconceito, deve agir prontamente e com a discrição necessária para impedir que aquele episódio tenha sequência. Em seguida, é fundamental orientar a pessoa que o praticou para que não o faça, explicando o porquê.

Do outro lado, é imprescindível apoiar a vítima do preconceito para que ela restabeleça a sua sensação de segurança. E, finalmente, aproveitar a ocasião para refletir sobre o acontecido, a fim de que não se repita e que a vítima saiba o que é necessário fazer, caso depare com uma situação semelhante.

"A mentira mais frequente é aquela que se conta para si mesmo; mentir para os outros é relativamente a exceção"

(Nietzsche, 1844-1900)

Será que existe preconceito a favor? Sim, mas pode ficar perto do autoengano!

Ora, a atitude preconceituosa é a adesão automática a algo ou a alguém sem que haja crítica, que é a reflexão necessária para separar o positivo do negativo.

Uma questão curiosa a ser levantada quando se pensa em preconceito é, de novo, existe preconceito a favor? Porque, de modo geral, a suposição é de que o preconceito é, invariavelmente, contra algo, alguma ideia ou alguém.

Mas eu posso achar ótimo o que uma pessoa faz, sem notar os deslizes, apenas porque ela nasceu na mesma região que eu ou porque torce para o mesmo time de futebol, o por que frequenta a mesma igreja etc.

Uma ideia, uma opinião, uma postura, uma concepção são caracterizadas como preconceituosas quando não admitem ou não abrigam pensamento crítico em relação ao que se pensa, ao que se avalia, ao que se opina. Portanto, uma opinião pode ser preconceituosamente a favor ou preconceituosamente contra.

Algumas pessoas, ao falar, até enfatizam a separação da palavra, pronunciam pré-conceito. E faz sentido, na perspectiva de que o pré-conceito é uma manifestação que não passou pela análise crítica, veio à tona sem ponderação ou reflexão. Desse ponto de vista, existe sim, preconceito a favor e preconceito contra.

Outro exemplo? Toda vez que tomo uma posição favorável em relação aos meus filhos — o que é comum entre pais e mães —, sem fazer uma avaliação cuidadosa sobre o ato que praticaram, movido apenas pelo fato de ter amor por eles. Ocorre que, mesmo com intenção amorosa, esse posicionamento me faz estabelecer o preconceito, porque estou perdendo a capacidade de exercer a crítica.

O preconceito exprime antipatia ou simpatia por algo ou por alguém sem passar por uma reflexão sobre as razões para aceitar ou rejeitar. Portanto, ***o que é preconceito? Uma adesão automática a uma ideia, pessoa, concepção ou a um posicionamento sem fundamento de reflexão.***

É normal ouvirmos: “Eu queria fazer uma crítica a você, mas não leve a mal, é uma crítica positiva”. Essa formulação, no entanto, está equivocada. Alguém que tenha esse tipo de postura não pode nem começar a fazê-la, pois a crítica pressupõe ser positiva e negativa em si mesma. Criticar já é separar o positivo do negativo, o aceitável do rejeitável, o assimilável do descartável. Como toda crítica é uma escolha entre o que se acata e o que se rejeita, o que se deve levar em conta é a intenção da crítica, isto é, se ela é construtiva ou destrutiva.

Quando um professor corrige um trabalho ou orienta um aluno, está fazendo uma crítica. Ele dirá o que serve e o que não

serve, o que está correto e o que não está, de acordo com os critérios utilizados. Nessa hora, se o desejo é construtivo, irá sugerir a melhoria de caminhos e percepções; se é destrutivo, partirá para a humilhação e reprimenda constrangedora.

A palavra “crítica” vem de *kritérion*, com origem na Grécia Antiga. Utilizada na agricultura, significa "separar", fosse o arroz da palha, o joio do trigo... Em algumas localidades do interior do Brasil, chama-se isso de “catar o arroz”, “catar o feijão” — separar aquilo que queremos guardar daquilo que desejamos descartar.

O preconceito, diferentemente da crítica, é a adesão irrefletida. Isto é, uma convicção sem fundamento — seja contra, seja a favor — de algo. Em última instância, o preconceito é a indicação de uma simpatia ou de uma antipatia que não passam por uma reflexão mais densa e mais rigorosa.

Desse ponto de vista, o preconceito é a antipatia gratuita ou a simpatia gratuita. É equivocado, portanto, ser automaticamente favorável ou automaticamente desfavorável a alguém, a alguma ideia ou a alguma coisa.

Um exemplo de automatismo favorável: “Olha, não me importa o que você pensa nem o que faça, para mim, você é o máximo”. Isso é uma forma de pré-conceito, ou seja, um conceito prévio que impede a crítica necessária para que não se viva automaticamente. Exemplos no sentido contrário seguem a toada do “não vi e não gostei”, “não comi e não gostei”, “não li e não quero saber”. A expressão popular: “Não sei, não quero saber e tenho raiva de quem sabe” é a máxima do preconceito desfavorável.

Esse impulso de aderir ou rejeitar tem origem sempre em alguma experiência. Aquilo que já foi vivido, visto e entendido faz a pessoa (diante de uma situação semelhante) achar que está diante da mesma coisa. Esse é um dos motivos que tornam o preconceito perigoso. Essa reação automatizada impede uma convivência mais saudável e, sobretudo, faz a vida com outras pessoas e outras ideias ser meramente repetitiva.

O preconceito resulta de um critério automatizado, porque usa o que já se sabia para decidir se algo é válido ou não. Por que o preconceito pode ser a favor ou contra? Porque a adesão ou a rejeição virá a partir de experiências anteriores que podem ou não estar equivocadas.

Logo, se queremos buscar todas as práticas não preconceituosas e orientar as relações sociais, afetivas, entre tantas outras que abrigamos em nosso convívio, devemos nos colocar limpos e despidos dessas cargas históricas e culturais, quando não criticadas.

É sempre importante lembrar que nossa capacidade é de sermos objetivos, e não neutros. A neutralidade é uma impossibilidade, uma vez que a nossa herança cultural, histórica e vivencial marca nossos olhares. Por isso, buscar mais objetividade exige como primeiro passo pensar e olhar a nós mesmos, à medida que também manifestamos essa condição.

Convém ressaltar que tanto as simpatias quanto as antipatias têm uma forte gratuidade. Um exemplo: na sala de aula, há um certo preconceito ao supor que os alunos do “fundão” são, *a priori*, bagunceiros, enquanto quem senta à frente é mais aplicado. Essa não é uma premissa necessariamente verdadeira, contudo, é

preciso que saibamos que existe esse tipo de preconceito entre nós, assim como tantos outros.

Há pessoas em nosso trabalho de quem às vezes não gostamos por causa do sorriso, por exemplo. De repente, aquela pessoa sorri de um jeito que nos lembra uma tia que não conta com o nosso agrado, ou tem um perfume que faz recordar uma situação ruim. E o contrário também: alguém que usa um perfume ou um sabonete que traz boas lembranças, um cheirinho ligado à infância, por exemplo, nos produz simpatia.

“Simpatia” e “antipatia” são termos que advêm do radical grego *pathos*, que, na origem, significa “aquilo que produz uma ligação”, “aquilo que estabelece uma conexão”. Para ser mais direto, *pathos* é “aquilo que afeta”. Como o prefixo *sym*, no grego arcaico, é “junto, aquilo que agrega”, simpatia é “aquilo que afeta junto” e, portanto, “o que une”.

Antipatia é o que desafeta, afasta. Da expressão *pathos* também derivaram as palavras “patologia” e “paixão”. A palavra “compaixão” significa “o sofrimento meu com o outro”, “aquilo que **nos** afeta”.

O preconceito é passional, movido por forças que nos afetam, seja de forma negativa ou positiva e, em ambos os casos, de forma não reflexiva. Não é, portanto, o caso de ser neutro, pois nunca o somos. Devemos procurar a máxima objetividade em nossas práticas.

O pensamento acrítico, aquele que não é organizado por uma reflexão, pode repetir equívocos. Ademais, nós, humanos, contamos com a capacidade de não sermos repetitivos.



"A melhor das
aranhas sempre
será pior que o pior
dos tecelões"

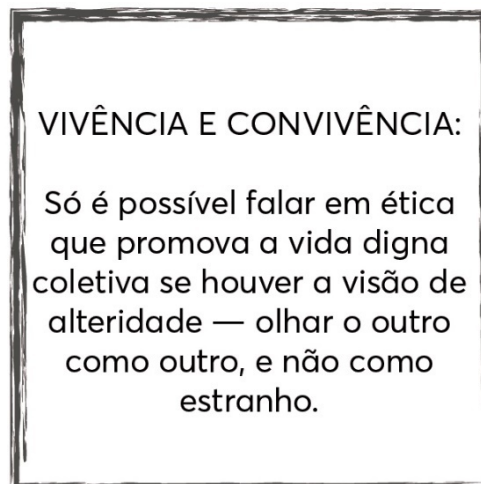
Karl Marx (1818-1883)

O pensador Karl Marx, no século XIX, dizia que “a melhor das aranhas sempre será pior que o pior dos tecelões”. Essa é uma ideia especial: a melhor das aranhas faz teias inacreditáveis, mas fará sempre a mesma teia. Ela jamais será capaz de fazer a teia de outro modo. Por mais perfeita que seja a teia, a aranha não inova, não cria, não produz o inédito. Apenas repete. O preconceito, por ser repetitivo, reduz o número de respostas, restringe o repertório de soluções com que podemos contar para pensar, agir e viver melhor.

Vale observar que, favorável ou desfavorável, o preconceito sempre é prejudicial. O desfavorável ocorre de maneira mais óbvia e direta. E mesmo o preconceito favorável também é danoso. A pior coisa que pode acontecer para um educador, um gestor, um governante é a bajulação, que estimula o comportamento repetitivo, desfavorecendo a crítica. A bajulação é a anulação da crítica, portanto, é o desprezo da capacidade de crescimento da outra pessoa.

Desse modo, o preconceito é uma redução mental que diminui a capacidade de conviver, de refletir, de fazer melhor, de inovar e de partilhar.

O preconceito, em suma, estilhaça a ética libertadora e protetora da vida plena e consciente.



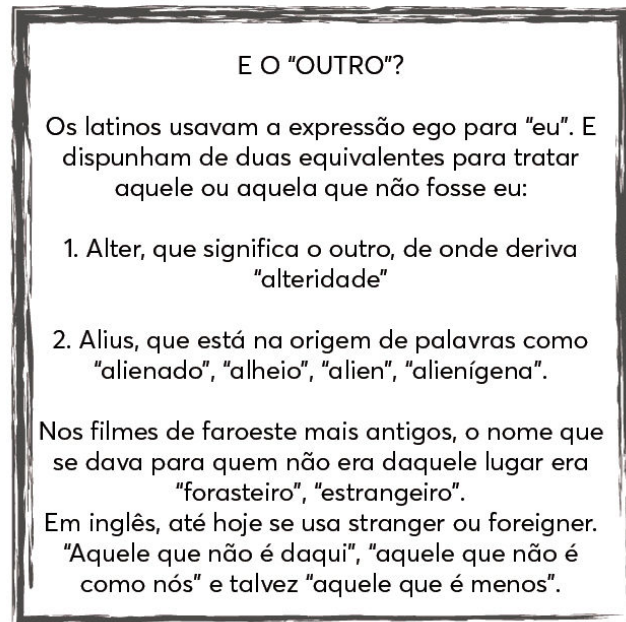
Nossa convivência exige a noção da igualdade de existência e, para isso, é preciso afastar qualquer forma de arrogância, discriminação e preconceito.

A pessoa preconceituosa acredita ser o único tipo válido de ser humano e se relaciona com o outro como se não fosse o outro, mas sim, como se ele fosse menos — por conta do dinheiro que acumula, da cor da pele que tem, do nível de escolaridade que possui, do sotaque que carrega, da religião que pratica. São atitudes que apequenam a vida e a alma, se entendermos a alma como a nossa própria identidade.

O teólogo brasileiro Leonardo Boff (nascido em 1938) diz que “um ponto de vista é a vista a partir de um ponto”. Isso significa que há outros! A ética, entre outras coisas, nos obriga a perceber que existe uma multiplicidade de pontos de vista.

O indivíduo preconceituoso, entretanto, acredita que o único ponto de vista a ser considerado é o dele. E é justamente essa incapacidade que o impede de compreender a razão central da

ética: a visão de alteridade. É essa visão que nos permite ver o outro como outro, e não como estranho.



Quem são os outros de nós mesmos? O mesmo que nós somos para os outros, ou seja, outros!

Um exemplo: eu, Cortella, trabalhei três anos como consultor no Rio Grande do Norte, ajudando a fazer uma cartilha de alfabetização. E esse projeto envolvia professoras de Caicó, João Câmara, Mossoró, Pau dos Ferros, Ceará-Mirim, entre outras localidades.

Até então, as cartilhas no Brasil eram feitas só no Sudeste e tinham de ser usadas em todo o país, pois se entendia essa referência como certa e exclusiva.

Numa tarde de sábado, estávamos fazendo o que eles chamam de merendar. E, lá pelas tantas, falei: "Eu gosto demais de trabalhar com vocês, e tem uma coisa que eu acho uma delícia no nosso convívio: o sotaque de vocês". E elas falaram "Que sotaque?

A gente não tem sotaque, é você que tem sotaque”. Eu me dei conta de que era verdade! A minha fala era a diferente ali...

É preciso, portanto, muito cuidado para não julgarmos qualquer situação partindo apenas do próprio ponto de vista, para não cair na armadilha da arrogância — atitude que abre espaço para que o preconceito se instale.

Algumas pessoas acham que existe “gente que vale” e “gente que vale menos” (“minigente”, “nanogente”, “subgente”).

Quando alguém tem esse tipo de postura, o reflexo na ética é muito forte.

Como costumo dizer: **ética não é cosmética**. Ética não é uma fachada, não é uma discussão cínica à qual se finge adesão.

Afinal de contas, trata-se da capacidade de preservar a dignidade do outro — e a própria — nas relações que se constroem no nosso dia a dia.

CAPÍTULO 2

PRECONCEITO: NATURAL, NORMAL OU COMUM?

Toda vez que avaliamos uma ideia, uma questão ou uma pessoa, usamos critérios. Esses critérios apresentam três grandes distinções: aquilo que achamos natural, aquilo que achamos normal e aquilo que achamos comum. A diferenciação entre esses termos nos ajuda a pensar sobre o preconceito:

- **Natural:** o que nasce conosco;
- **Normal:** o que está na norma, escrita ou praticada;
- **Comum:** o que se estabelece pela frequência com que ocorre.

O NATURAL, O NORMAL E O COMUM:

A distinção entre esses termos mostra como o preconceito está presente na sociedade. E também ajuda a identificar caminhos para impedir sua escalada.

Por exemplo: mulheres serem mães é natural, normal ou comum? Do ponto de vista biológico, natural não é, porque umas são, e outras, não. Algumas podem sê-lo e não o são por escolha. Outras que não podem, querem ser e adotam ou lançam mão de algum método para engravidar. Portanto, natural não é. Mudemos

um pouco a pergunta: mulheres poderem ser mães é natural, normal ou comum? É natural. Mulheres poderem é natural, mulheres serem não é natural. Isto é, não é porque alguém nasce mulher que obrigatoriamente será mãe.

E quanto a mulheres cuidarem de crianças, isso é natural, normal ou comum? Depende da sociedade, portanto, não se pode afirmar que seja natural. Há sociedades em que os homens cuidam das crianças. Há sociedades em que é normal que sejam as mulheres, faz parte da norma social. Existem sociedades nas quais é comum, ou seja, há uma frequência maior de mulheres cuidando, mas não faz parte da norma social. No Brasil, mulheres cuidando de crianças já foi considerado natural. Depois, essa prática passou a fazer parte da norma social e hoje é comum. Mas, fala-se, inclusive do ponto de vista jurídico, de “guarda compartilhada”, uma ideia que só passou a existir a partir dos anos 2000.

Pessoas que têm ascendência africana trabalharem em atividades braçais é natural, normal ou comum? Se observarmos a trajetória histórica no Brasil, nos nossos livros didáticos, nos nossos exemplos, na nossa arte, no nosso cinema, na nossa literatura, isso será considerado por muitos algo “natural” ou “normal”. Em determinado momento, fará parte da norma da convivência, seja escrita, seja implícita. Hoje sabemos que é um critério de frequência, isto é, não é obrigatório que seja assim — e agora temos normas que tentam fazer que não seja.

A partir desses exercícios de reflexão, é possível concluir que:

- O que é natural não dá para mexer tanto.
- O que é normal pode-se mudar a regra.

- O que é comum é preciso diminuir ou impedir a frequência.

Existem vários perigos nessa relação normal-natural-comum, e o preconceito vem à tona quando algo comum é considerado normal, ou algo normal é tomado como natural. Em outras palavras, naturalizar aquilo que é mera convenção, que está na norma, um acordo ao qual alguém adere ou é obrigado a aderir. Exemplo: eu abro uma frase na sala de aula para as pessoas completarem os pontinhos: “um homem, quando tem um problema sério, senta e...”. Em geral, as pessoas completam com “pensa”. “A mulher, quando tem um problema sério, senta e...”. Essa frase, em geral, é completada com “chora”. O preenchimento dessa lacuna é prévio. A priori, já existe uma resposta para aquilo que virá.

Essa resposta sugere que é natural para as mulheres agir desse modo. Basta lembrar que o ponto de partida de Sigmund Freud (1856-1939) na psicanálise foi exatamente a observação de mulheres em estado de desespero e convulsão. A isso ele chamou de “histeria”. Em grego arcaico, *hústera* quer dizer “útero”. A histeria na origem parecia ser algo exclusivamente feminino. Também o cinema norte-americano dos anos 1940 e 1950 frequentemente apresentou a situação da mulher como histérica, algo que precisaria ser disciplinado por um homem. Para isso, ele deveria fazer duas coisas: esbofeteá-la ou chacoalhá-la. O que hoje seria absurdo, mas o cinema mostrou como normal. Imaginava-se: “Dado que é natural que a mulher seja histérica, o ato normal de um homem é trazê-la à razão”. Há dezenas de filmes em que a ideia de esbofetear ou balançar uma mulher pelos ombros a faz voltar à razão. Qual razão? Aquela que apenas homens teriam sem privação?

Outro preconceito nessa suposição de natural-normal-comum: até 40 anos atrás no nosso país existia o homicídio em defesa da honra. Se uma esposa praticasse o adultério, o marido poderia até inclinar-se a matá-la. Chamava-se legítima defesa da honra, lavar a honra em sangue. Se ele fosse a júri, provavelmente seria absolvido por sete votos a zero, caso fossem sete homens. Se o júri fosse mesclado com mulheres, talvez houvesse alguma probabilidade de condenação, mas não necessariamente. Isso deixou de ser óbvio.

Aquilo que muitos entendiam como “natural”— um homem traído que vinga a honra com sangue — passou a ser uma norma social não escrita, mas também um ato não punido. Hoje, ainda bem, isso é considerado absurdo.

Esse desdobramento serve para exemplificar que o preconceito está relacionado ao seu tempo de manifestação. Há situações em que ele é encarado como natural; depois, apenas entendido como normal e, em outro momento, percebido como comum. Quando passa a ser visto apenas como frequente, é sinal de que aquela determinada situação não é obrigatória nem pela natureza nem por uma norma de convenção e, portanto, pode ser reduzida ou eliminada.

Nossa tarefa em relação ao preconceito é mostrá-lo como comum. O preconceito não pode ser compreendido como natural nem como normal. As nossas normas o rejeitam, e a natureza não o traz à tona. Ser frequente é uma questão de quantidade, portanto, o nosso intuito tem de ser no sentido de dificultar o aparecimento.

Sempre que se fala em preconceito, muitos dizem que a escola precisa dar conta de retirá-lo das crianças e jovens desde

cedo! Contudo, a escola tem um papel fundamental nisso, mas não é a única. É preciso ter clareza que a escola faz a escolarização. A educação é um conceito mais amplo, que tem, dentro de si, a escolarização. Quando se fala em educação, é necessário considerar as interfaces com a família, a mídia, o grupo de amigos, os sindicatos e as instituições sociais em geral. Todas essas instâncias devem contribuir para prevenir e ultrapassar o preconceito. De acordo com o educador Paulo Freire, não é a escola que vai mudar o mundo. Mas sem a escola, o mundo não muda. Não é a escola sozinha que vai alterar esse quadro. Mas sem a escola, esse quadro não se altera.

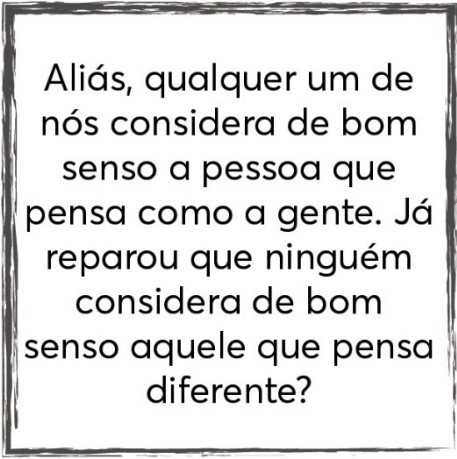
Em suma, o preconceito é uma ocorrência e, como tal, pode e deve ser enfrentado e recusado.

Muitas vezes, o tema do preconceito é trazido na forma de um discurso, uma fala sobre ele. Mas há uma diferença significativa entre **falar sobre o preconceito** e **falar de preconceito**. E não se trata apenas de uma sutileza no campo vocabular.

O preconceito precisa ser olhado a partir de seu agente e de seu paciente (quem é quem?). O preconceito ofensivo gera o que o filósofo argentino Enrique Dussel (nascido em 1934), ao discorrer sobre Ética, chama de “**vítimas**”. Ele prefere esse termo em vez de “excluído”, porque “excluído” pode referir-se também à autoexclusão, enquanto “vítima” presume a existência de autor.

O preconceito desfavorável vitimiza e nem sempre é percebido pela pessoa que o pratica. Isso se dá geralmente pela suposição de que a maneira como se pensa é a única maneira de pensar. Um modelo acrítico, que leva a pessoa a confundir a própria

percepção com aquela que é a correta: “Porque se eu assim penso, assim é o certo”.



Aliás, qualquer um de nós considera de bom senso a pessoa que pensa como a gente. Já reparou que ninguém considera de bom senso aquele que pensa diferente?

Qual a diferença entre “falar de” e “falar sobre”? Eu, Cortella, sou descendente de europeus, gênero masculino, escolarizado, economicamente estável em uma sociedade onde existem desigualdades sociais, de escolarização, de gêneros, étnicas, entre outras. Faço parte de um grupo com menor chance de vitimização em relação a preconceitos dessas ordens no dia a dia. Qual o risco que alguém como eu corre?

Ora, por estar em uma condição que não é tão atingida pelo preconceito, podemos ter dificuldade de enxergar a vítima como vítima.

Por isso, “falar de” é falar de dentro. Eu, ou alguém em condições semelhantes à minha, não sou (somos) capaz(es) de “falar de” discriminação racial, sou (somos) apenas capaz(es) de falar “sobre”. Quando falamos “de”, é a partir de nossa vivência. Quando falamos “sobre”, é a partir do nosso conhecimento, da nossa observação, do nosso estudo ou da nossa análise.

Por exemplo: eu, Cortella, não sou capaz de falar da fome, só sou capaz de falar sobre a fome. Nunca passei fome. Não confunda fome com apetite. Apetite é a expectativa de comida, a fome é a ausência de comida.

A expressão “estou morrendo de fome” para muitos de nós é absolutamente retórica, mas não é mera frase para milhões de pessoas mundo afora, que ainda hoje não conseguem ter acesso à quantidade de calorias necessárias para a garantia da sobrevivência. Quando eu digo “estou morrendo de fome”, quero dizer que estou com expectativa de comida, isto é, “estou com apetite”.

Eu não consigo falar **de** racismo, porque eu nunca fui vítima de preconceito racial. Eu faço parte da hegemonia indo-europeia que, em uma sociedade com tantas desigualdades como a nossa, está no padrão considerado referência de normalidade.

Pelo fato de minha condição econômica, étnica, histórica e biológica me proteger bastante do preconceito, não posso falar de certas vivências. Posso falar **sobre** desigualdades de gênero masculino e feminino, sobre o quanto as mulheres padecem em sociedades patriarcais como a nossa, sobre uma discriminação feita às vezes consciente, às vezes inconscientemente.

A consciência, a percepção imediata, é outro aspecto relacionado ao preconceito que com frequência nos escapa. Nem sempre a discriminação é consciente.

Um exemplo de discriminação consciente no âmbito da escola é flagrante ainda hoje — mas antigamente já foi bem mais — nas cartilhas de alfabetização.

Muitos da minha geração foram alfabetizados por uma cartilha chamada *Caminho Suave*, difundida em larga escala no Brasil. Lá pelas tantas, na cartilha havia o desenho de uma família. O pai, sentado na poltrona lendo um jornal. Atrás, em pé, a mãe, de avental sobre o vestido, segurando uma bandeja com cafezinho. De um lado, um menino brincando com um caminhãozinho, de outro, uma menina com uma boneca. Ora, não se pode dizer que a autora Branca Alves de Lima tivesse a má intenção de estabelecer que “homens leem e mulheres servem”. O que ela fez à época foi expressar um preconceito que não era maléfico na intenção, mas o foi no resultado. Ela produziu o que chamamos de “erro honesto”. A intenção não era negativa, mas é um erro, à medida que induz ao preconceito.

Então, alguém poderia ponderar que a cartilha foi feita nas décadas de 1950 e 1960. Mas essa argumentação não se sustenta. Nós tínhamos até pouco tempo, mundo afora e no Brasil, alguns jornais de alto padrão que aos domingos publicavam um suplemento feminino. Qual era a suposição preconceituosa? De que jornal era coisa de homem, mas a mulher, aos finais de semana, até teria direito a algum conteúdo, enquanto para os homens ficavam os cadernos de Economia, Política, Literatura, Esportes...

O preconceito só poderá ser detectado como vitimador por parte de seu autor se a vítima puder se expressar. Ou seja, se ela puder falar do preconceito. É preciso prestar atenção à vítima, porque só ela pode falar a partir da vivência. Vale lembrar o antigo ditado: “quem dá o tapa esquece com facilidade, quem leva nunca esquece”.

O preconceito tem ecos na história das pessoas por ele vitimadas. Ecos que podem durar uma existência inteira e ainda perdurar gerações e gerações em uma mesma família ou em uma mesma comunidade. Aquele que pratica nem sempre percebe, o que não o inocenta, mas é uma justificativa para a não percepção.

Retomemos o conceito de erro honesto: mesmo com a intenção positiva, aquilo não deixa de ser um erro. O preconceito é sempre um erro, que pode ser honesto no sentido de que a intenção não era cometê-lo, ou pode ser um erro intencional, desonesto, canalha, isto é, em que se procura diminuir, humilhar, menosprezar ou rebaixar a outra pessoa.

Mas atenção: é importantíssimo lembrarmos que **o preconceito sempre diminuirá o autor na intenção de diminuir a vítima**. A questão é também detectar e alertar para a existência do preconceito intencional e do não intencional, que não deixa de ser preconceito apenas por não haver a intenção.

Uma das principais obras do educador Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, chama também a atenção pelo título. Vale notar que ele não escreveu um livro chamado *Pedagogia com o oprimido*, nem *Pedagogia sobre o oprimido*. O título *Pedagogia do oprimido* não é à toa. Paulo Freire também foi oprimido, porque viveu na pobreza, passou necessidade e foi excluído em várias situações. Aliás, quando escreveu esse livro, estava exilado por conta de sua ideologia. Portanto, ele falava *da* opressão e não *sobre* ela.

Ao falar da opressão, Paulo Freire constitui uma metodologia de formação para a alfabetização de adultos que serve para outros mecanismos pedagógicos e sociais. Embora ele tenha colocado a

concepção em um livro anterior, chamado *Educação como prática da liberdade*, no qual aparece a sua teoria pedagógica e epistemológica (sobre o Conhecimento), é em *Pedagogia do Oprimido* que Freire aponta como se deve trazer à tona a consciência do oprimido (do pré-conceitualizado).

A vítima (não o agressor) tem um saber de experiência feito, por isso fala de preconceito. E em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire levanta algo de que não podemos esquecer: o preconceito torna vítima aquele que sofre e o autor também. Porque **se o preconceito humilha a vítima, ele diminui a dignidade do opressor.**

Nessa obra, em nenhum momento Freire afirma que a libertação diz respeito apenas ao oprimido. Ele diz que “é preciso libertar-se da opressão”. Assim como é necessário nos libertarmos do preconceito — seja o agressor, seja o agredido.

O que precisamos fazer quando presenciamos, temos notícia ou pretendemos educar contra o preconceito? Primeiramente, é preciso ter ouvidos para a vítima. No local de trabalho ou em uma sala de aula, não basta fazer somente um discurso sobre o preconceito, é preciso que as vítimas contem com suportes para que consigam se expressar. Para que possamos entender com clareza uma situação de preconceito, precisamos ouvir a vítima, e de uma maneira não preconceituosa. Não é simples nem fácil.

É necessário também estar muito alerta para que a vítima não seja infantilizada. Sim. A palavra “infante” significa “aquele que não pode falar” ou “ao qual é negada a palavra”, ou seja, se supõe que ela não deve ou não é capaz de dizer ou ainda que se faz de vítima.

A pessoa que ouve precisa ter clareza do quadro, porque, dependendo dos pré-conceitos que tenha, pode achar que aquele que se queixa esteja se fazendo de vítima, e não que foi tornado vítima...

CAPÍTULO 3

DIVERSIDADE REJEITADA

Uma das formas mais agressivas de recusar a Diversidade na vida humana é o ***Preconceito Racial!***

Quando o tema do preconceito racial vem à tona, com alguma frequência chega acompanhado da argumentação de que se trata mais de uma questão de preconceito social do que racial. É até alentador imaginar que, se reduzíssemos consideravelmente a desigualdade socioeconômica, estaríamos próximos de extinguir qualquer tipo de discriminação racial.

O pobre é excluído, mas, no nosso meio, o pobre negro tem dificuldades a mais. Basta observar que, mesmo entre as pessoas de camadas de renda mais baixas, há negros com níveis inferiores de escolaridade, de remuneração e de condições de vidas. Apesar de alguns avanços, ainda é pouco comum a presença de negros no comando de grandes empresas, nos altos postos da comunidade científica, em cargos elevados na gestão pública.

Uma medida para reduzir essa desigualdade foi a criação das “cotas raciais” para acesso ao ensino superior. Ela gerou polêmica desde a sua concepção, mas uma das coisas boas dela é justamente a polêmica. Essa questão traz a diferença histórica à tona, além de explicar o motivo que torna tal medida necessária, pelo menos por um tempo.

Quando se fala contra as cotas raciais, geralmente o opositor da ideia se esquece que antes das cotas para afrodescendentes existiam as “cotas” para as elites. Ou seja, em princípio, as vagas

(mesmo que isso não estivesse escrito) estavam reservadas àqueles que passavam pelas melhores escolas privadas. Era outra forma de cota. A cota que invisibilizava o preconceito histórico nela embutido.

Vale ressaltar que as cotas também são eventuais e emergenciais. No Brasil, não é apenas o pobre que é fragilizado. A condição socioeconômica desfavorecida, quando associada a uma etnia que não é a hegemônica, aumenta o potencial de exclusão dos indivíduos com esse perfil.

A intenção das políticas afirmativas das cotas não é a implantação do preconceito às avessas, mas sim a superação de fragilidades e lacunas acumuladas ao longo de anos de discriminação. No cerne da medida está o propósito de reduzir desigualdades, de ultrapassar a diferenciação entre frágeis e poderosos.

Numa analogia, podemos pensar num hospital, em que existe a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e a enfermaria. Ninguém, em nome da igualdade, diria “então, se extinga a UTI”. O espaço da UTI é para quem está em uma situação mais precária. A intenção, evidentemente, é que a pessoa deixe de estar ali o mais breve possível. A situação da “UTI permanente” é extremamente negativa. A intenção dessas políticas é evitar o adensamento do preconceito ou o não atendimento à sua queixa.

O argumento de que a igualdade precisa vir à tona exige que se trabalhe a equidade de direitos. Estabelecer o princípio da igualdade imediata, isto é, de atendimentos e práticas absolutamente indiferenciados, significaria congelar uma situação que, no momento, é irregular, injusta, malévola.

Há quem atribua a mecanismos dessa natureza uma reparação histórica. Mas isso se dá mais no campo simbólico. Afinal de contas, todo ser humano vive numa “era contemporânea”. Trata-se de reparação prática em relação a quem está aqui e agora, e que, por conta das condições negativas que vive no dia a dia, poderá ser novamente vitimado.

A abolição formal da escravidão na sociedade brasileira foi assinada em 1888, portanto, se deu há pouco mais de 130 anos. É um período muito curto para que aqueles que foram entendidos exclusivamente como serviçais domésticos deixassem de ser vistos dessa maneira. Uma mudança de percepção que pegou apenas cinco gerações, um tempo muito pequeno. Existem ainda marcas muito profundas que nem foram percebidas, seja na nossa linguagem, seja na nossa expressão, seja no nosso comportamento.

Por exemplo, muitos livros de História, ao mencionar as milhares de famílias destruídas no continente africano nos 500 anos mais recentes do Ocidente, trazem uma expressão equivocada: “os escravos vindos da África”. Colocada assim, dá a sensação de se tratar de um lugar onde escravos nasciam e eram apenas buscados. Isto é, há uma naturalização de uma vitimação. Certa vez, eu, Cortella, estava em uma conferência na Bahia, e uma menina de 21 anos, habitante de um quilombo na área do meio-sul do Estado, veementemente ativa na questão da etnia, usou uma expressão preconceituosa sem perceber: “Eu, que sou neta de escravos, ...”. E eu fui conversar com ela depois: “Olha, você não é neta de escravo. Você é neta de escravizado”. Minha intenção, ao fazer essa observação, era apontar que lá não havia escravos, mas homens e mulheres que lá nasceram e foram escravizados e escravizadas.

Por isso, quando os livros dizem “os escravos vindos da África”, “os escravos no navio negreiro”, produzem uma naturalização, isto é, uma concepção de que os lá nascidos foram capturados e aqui depois puderam ser libertados.

Há ainda outro preconceito embutido quando se fala em “escravos nascidos na África”. A África é um continente, e não um país, portanto, não se pode supor que seja uma região unívoca. Ninguém pensa a América Latina como um território só e uniforme. Assim como sabemos que há identidades nacionais, é preciso evitar esse preconceito em relação à África, um continente com diversas etnias, formações e histórias.

Cabe reforçar: o objetivo das políticas afirmativas não é criar um preconceito às avessas, mas sim proteger fragilidades e fazer a sociedade avançar até não precisar mais desses mecanismos.

Todo aquele que é frágil ou fragilizado em uma sociedade que aspira à dignidade coletiva deve ser protegido. Quem é frágil? A pessoa numa situação de fragilidade é aquela que tem diminuída sua condição de vida e seus direitos.

Desse modo, outra brutalidade contra a Diversidade é o ***Preconceito contra Mulheres***; também chamado de Sexismo. Embora homens e mulheres, nos mais variados modos de sermos mulheres e homens, devamos ser sujeitos idênticos de direito na nossa sociedade, houve e há uma discriminação especialmente (mas não exclusivamente) da mulher ao longo da história.

Por isso, a existência de uma Delegacia de Defesa da Mulher é necessária. Para atender à fragilidade produzida na salvaguarda das cidadãs contra a violência, que, até algumas décadas atrás, era aceita pela sociedade. Certamente, o intuito de uma delegacia com

essa especificidade, numa sociedade que avança, é um dia não existir mais.

No início dos anos 1980, quando apareceram as primeiras delegacias da mulher, a reação imediata — estúpida, mas óbvia — de uma parcela de homens e também de algumas mulheres era: “Mas para que delegacia para mulher, se não tem delegacia para homem?”.

É claro que a criação daquelas delegacias se deveu à correta suposição de que o ponto de verdade se originava no mundo masculino e, portanto, “todas as delegacias eram do homem”. Mas a delegacia da mulher seria aquela onde ela se sentiria mais à vontade para denunciar abusos (sexuais ou não) para outra mulher, algo mais difícil em delegacias convencionais. E a mesma resistência se repetiu (e ironicamente pelos mesmos motivos) quando houve a aprovação da Lei Maria da Penha, sobre violência de homens contra mulheres, quando em muitas cidades e círculos da própria magistratura foram discutidos os direitos iguais para homens e mulheres, como se eles já existissem... Sendo que não existem até hoje.

Cada vez mais devemos, também, nos preocupar com a discriminação e os prejuízos contra a acolhida de identidades de gênero (o gênero com o qual a pessoa se identifica) e orientação sexual (como se direciona na pessoa a atração sexual).

A sexualidade tem sido pauta em vários campos do saber. As designações e diferenças vêm sendo debatidas, a ponto de a sigla que sintetiza as expressões fora da heterossexualidade estar cada vez mais extensa. Na segunda década do século 21 chega-se a LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando,

Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais). Embora haja uma mobilização e conquistas efetuadas por esses grupos, nota-se ainda em nosso país uma frequência preocupante de episódios de violência física e simbólica relacionados ao exercício da sexualidade.

O preconceito em relação à homossexualidade decorre, em grande medida, por não ser uma condição majoritária no conjunto da sociedade. Ainda é visto por algumas pessoas como um comportamento exótico ou até como “anormal”. Há uma dificuldade por parte de algumas pessoas em compreender aquele que é diferente ou diverso daquilo que é tomado como padrão. É necessário compreender a diferença.

De tempos em tempos, um discurso sobre cura da homossexualidade volta a circular com mais intensidade. Existe uma diferença entre a ideia de cura e a de apoio, auxílio ou cuidado. Quando se fala em cura, como “me curei de uma faringite”, “fiquei curado de uma pneumonia”, a referência é a uma patologia, a uma doença. Isso não se aplica à orientação sexual, que vem basicamente da natureza da pessoa e, assim sendo, não é passível de cura.

A Organização Mundial de Saúde em 1990 excluiu a homossexualidade do rol de doenças psiquiátricas. O próprio Conselho Federal de Psicologia no Brasil veda que esse tipo de processo terapêutico seja usado como promessa de que haverá a “solução” para essa condição.

A discussão sobre terapias é sempre polêmica. É que alguns consideram haver um distúrbio, um desvio, algo que supostamente

seria fora da natureza, portanto, passível de ser resolvido. Desse tipo de raciocínio se originou a infeliz expressão “cura gay”.

É claro que muitos profissionais da Psicologia que fazem seu trabalho de forma séria dificilmente deixariam de tomar cautela nessa direção. Mas não podemos abrir brechas para aqueles que dão a essa discussão um caráter muito mais doutrinador ou até de natureza religiosa. O que leva a uma outra direção e, portanto, faz parecer que vai se retirar daquele ser um pecado, em vez de oferecer um apoio ou algum tipo de acolhimento.

O sofrimento de qualquer pessoa precisa ser olhado com compreensão, inteligência e compaixão, mas, acima de tudo, com competência e capacidade.

Pessoas que eventualmente não se sintam confortáveis com a própria sexualidade podem encontrar na Psicologia a compreensão e o apoio de que necessitam. Terapias podem contribuir para aumentar a vitalidade e a capacidade delas.

No entanto, de novo, há uma diferença muito grande de perspectiva entre falar em cura, em reversão, e falar em apoio, em suporte ou em acolhimento. Evidentemente, insisto em dizer que não sou contrário às pessoas que tenham uma determinada orientação possam procurar ajuda, quando isso for fonte de desconforto ou sofrimento. Mas, mesmo que de maneira jocosa, chamar de cura é algo ofensivo.

Cabe reforçar o que antes refletimos: preconceito é quando temos um conceito prévio, uma avaliação antecipada, positiva ou negativa, em relação a alguém, a alguma ideia ou a alguma coisa. Existe preconceito a favor, isto é, eu adiro ou tenho simpatia às ideias de alguém porque ele torce para o mesmo time que eu, ou

porque ela pratica a mesma religião que eu pratico. O preconceito é sempre anulador do senso crítico, pois já toma uma posição no ponto de partida, sem uma análise mais acurada.

Quando negativo, o preconceito pode transformar-se em discriminação. Isto é, segregar, recusar e rejeitar a outra pessoa apenas porque ela não corresponde ao modo como eu considero que seria o correto. Por isso, a passagem do preconceito à discriminação não é assim tão estreita.

Muita gente, ao não ter simpatia por outra pessoa, passa a recusá-la, procura inferiorizar aquele modo de ser ou, pior ainda, comete atos de violência (física ou simbólica).

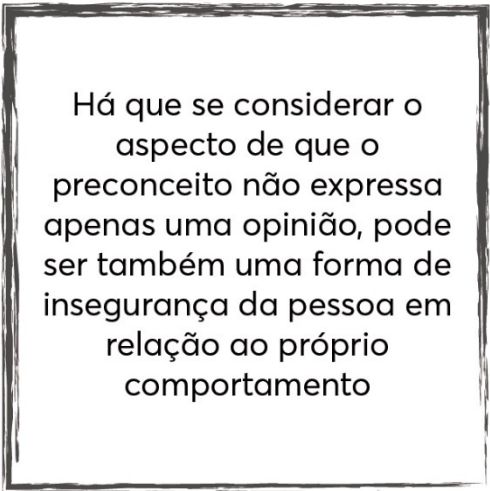
Eu preciso olhar aquele ou aquela que não é como eu como diferente e não como sendo menos. A partir de convicções religiosas, éticas, políticas, partidárias, eu posso, por exemplo, até considerar que alguém que é diferente de mim não está no caminho certo. Mas isso não dá a mim, de maneira alguma, o direito de infligir violência a alguém. Quem o faz é absolutamente inseguro.

Alguém que não consegue convencer-se de que o seu modo de ser é um dos possíveis ou que não consegue convencer a outra pessoa que ela talvez tenha de alterar a sua rota, e usa a violência para isso, é porque já se enfraqueceu.

Todas as vezes em que se usa o exagero, a exacerbação, o transbordamento é porque a razão já foi abandonada. Como a violência, nesse caso, é irracional, tem de ser combatida de modo implacável. Porque alguém que é capaz de agredir outra pessoa por ter uma orientação sexual diferente, será capaz de fazê-lo também em relação a quem tem uma religião diferente, um time de futebol

diferente, um partido diferente. Trata-se de uma pessoa, basicamente, fraca de espírito.

Para mudar essa atitude preconceituosa, é preciso, acima de tudo, promover um diálogo interior, que se oriente pela paz. Refletir significa dobrar-se sobre si mesmo. Então, fazer uma reflexão na seguinte linha: “Você não é obrigado a aceitar, mas precisa compreender. Precisa acolher a possibilidade dessa diferença. Não pratique o que você não aceita, o que não acha correto, mas não recuse a possibilidade de vida dessa pessoa”.



Há que se considerar o aspecto de que o preconceito não expressa apenas uma opinião, pode ser também uma forma de insegurança da pessoa em relação ao próprio comportamento

Mais do que rejeitar a outra pessoa, há uma certa dúvida em relação ao seu próprio modo de conduta, à medida que outros modos de ser colocam isso em xeque. Por isso, se eu tenho preconceito, preciso, sim, me perguntar: Qual é a fonte desse preconceito? É uma condição contrária à minha ou eventualmente sinaliza algum espanto ou insegurança que carrego?

Vale insistir nesse ponto: compreender não é aceitar, isto é, a pessoa que não é como você precisa ser entendida como uma outra pessoa. Esse é um sinal de dignidade, de fraternidade, é o que reforça a nossa condição de humanidade. Eu posso não querer ser como o outro é, mas eu não posso negar que ele seja assim, porque

ele pode ser, sim, do modo como é, mesmo que eu não aceite. Mas eu tenho de compreendê-lo.

CAPÍTULO 4

A VISÃO DE CADA PESSOA

Conforme a época e o contexto, o uso de alguns termos pode esconder ou explicitar preconceitos. Daí o fato de alguns vocábulos serem substituídos no cotidiano, e outros caírem em desuso. Deficiente ou portador de deficiência? Cego ou deficiente visual? Esse terreno das palavras é bastante pantanoso, pois pode conter imprecisões na mesma proporção em que pode embutir preconceito. Quando se começou a falar do vírus HIV, no início dos anos 1980, o termo para se referir a alguém infectado era “aidético”. Com o tempo, esse termo passou a ser evitado, à medida que denotava uma forte carga de preconceito em seu uso.

Quando ainda não se sabia ao certo quais eram as fontes de contágio do HIV, as primeiras manifestações associavam a doença a usuários de drogas, homossexuais e prostitutas. Afora o imenso número de piadas surgidas para ridicularizar esses grupos, os julgamentos morais reforçavam a discriminação. “É gay, é natural que seja assim”, “castigo de Deus”, “mas também sendo viciado, esperava o quê?”. Era a naturalização da sentença: “É aidético, vai morrer”.

Com o tempo, os mecanismos de transmissão foram sendo descobertos e verificou-se que a doença poderia abranger um número maior e mais diversificado de pessoas.

Ao passo que as informações foram sendo difundidas, um forte esforço de combate ao preconceito foi sendo desenvolvido por profissionais das ciências, educadores, ONGs e pessoas com o

vírus. O termo “portador de HIV” foi incorporado às falas do cotidiano, enquanto “aidético” foi saindo do circuito.

Pode-se alegar que é apenas a substituição de uma expressão. Mas o fato é que algumas formulações carregam uma carga menor de preconceito do que outras. Todas essas terminações, como “morfético” (nome dado no passado também à pessoa com hanseníase) e “caquético” (decrépito, sugerindo velhice), contêm uma negatividade.

Há correntes que questionam a precisão do termo “portador”, uma vez que quem porta algo pode deixar de fazê-lo num dado momento. O que não se dá com alguém que tenha uma paraplegia irreversível, por exemplo. Não caberia dizer “portador de deficiência”, segundo essa linha de raciocínio. Há nuances nessa questão.

No caso das pessoas com HIV, o uso do termo “portador” exprime uma esperança de que, com os avanços da ciência, um dia elas possam deixar de portar o vírus. Mas, de fato, a palavra “portador” em algumas situações assinala uma transitoriedade, em outras, não expressa a real situação da pessoa em questão. Há quem rejeite a expressão “portador de deficiência física” em caso de uma doença limitante e incurável, por exemplo, por supô-la muito amenizadora daquele quadro. “Eu não *sou* portador de deficiência, eu *tenho* uma deficiência”. Mas mesmo a expressão “ter uma deficiência” pode ser questionada. Muitos cegos, por exemplo, não aceitam mais ser chamados de deficientes visuais. “Eu sou um cego, não tenho deficiência, quem tem deficiência é você que tem miopia, hipermetropia ou astigmatismo”, alguns costumam argumentar.

O terreno dos termos é minado por perigosas sutilezas. Afinal, as palavras não são neutras. E há que se considerar a influência do ambiente em que estão inseridas.

No Brasil, ocorrem debates entre afrodescendentes sobre implicações do uso dos termos "preto" e "negro". Não há ainda consenso, embora seja notória a luta por retirar do circuito expressões que possam conter uma carga racista.

Nos Estados Unidos, *nigger* é uma ofensa racial, e *colored* é mais forte ainda, sem que *black* o seja. Mas já foi considerado natural até 1864 e normal até 1968. Será que é uma questão de escolha das pessoas? Não. É uma questão de tempos, de vivências e de modos de relacionamento.

Há tratamentos que não são considerados preconceituosos em determinada época, mas posteriormente acabam chamando a atenção das pessoas que percebem a intenção maléfica das palavras.

Essa tomada de consciência resulta de dois movimentos. Primeiro, as vítimas se manifestam, seja sob a forma de reação ou de organização. Segundo, os vitimadores também percebem que aquele determinado tratamento carrega um teor discriminatório.

Uma cena emblemática, que gosto de recontar, é sobre "**homem de cor**", pois mostra como algumas expressões, além de preconceituosas, são equivocadas.

Nos tempos de magistério, eu tinha um colega negro. E na minha sala na universidade havia uma mesa de trabalho comprida. Certo dia, estávamos eu e outra pessoa numa ponta e esse meu colega na outra, sozinho. Uma pessoa entrou na sala e perguntou por ele.

A pessoa que estava comigo, solícita, falou:

— É aquele professor de cor — e apontou meu colega, do outro lado da mesa.

É o tipo da informação idiota, porque não se identifica assim uma pessoa que está sozinha e, muito menos, pela cor da pele. Se fosse eu que estivesse sendo procurado, “Por favor, o professor Cortella?”, ninguém iria dizer: “Aquele professor branco ali”, porque essa informação nada acrescenta.

O colega ouviu e, depois de atender quem o procurava, aproximou-se de nós e disse o seguinte:

— *Você me chamou de homem de cor? Deixe-me explicar uma coisa: Eu nasci negro. Quando cresci, continuei negro. Quando vou à praia, negro permaneço. Se eu tomar um susto, negro ficarei. Se eu estiver doente, negro continuarei. Se eu tomar um chute na canela, negra ela será. E quando eu morrer, negro permanecerei! Você nasceu rosado. Quando cresceu, ficou branco. Vai à praia e fica vermelho. Se tomar um susto, fica amarelo. Quando está doente, fica verde. Se tomar um chute na canela, ela fica roxa. E quando morrer vai ficar cinza. Quem é que é o homem de cor entre nós dois?*

Nosso objetivo deve ser diminuir ao máximo a possibilidade de uma manifestação de preconceito acontecer. Mas essa tarefa requer uma vigilância permanente. Não há uma cura, uma solução. É mais ou menos como a Medicina. A Medicina não cura, ela cuida. A vida é incurável, ela é apenas cuidável. E o preconceito é inevitável como possibilidade. Preconceito pode vir à tona a qualquer momento, em qualquer tempo da vida da gente. Não haverá um momento em que estaremos imunes. Porque as

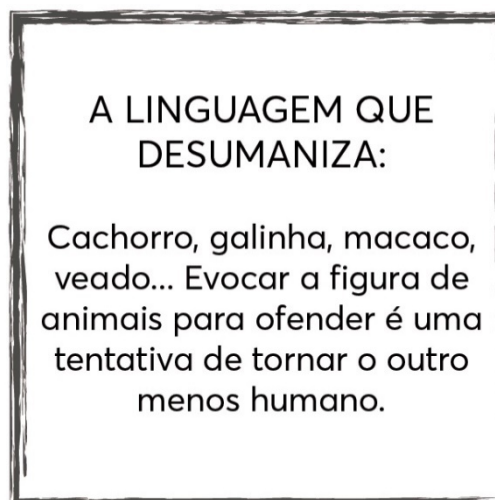
ocasiões em que ele possa emergir, os momentos em que podemos ser acrílicos surgem enquanto estivermos vivos.

Não há, portanto, uma dissolução de preconceito, não é um problema de química. Tanto que não falamos da “solução do problema do preconceito”, mas usamos a expressão superação — que não está no campo da química. Superar significa levar adiante, isto é, ultrapassar. É diferente de solucionar, pois, em uma solução química, é possível dissolver, resolver ao fazer desaparecer o que existia antes. E o preconceito não tem solução, somente superação.

A superação se dá nas mudanças através dos tempos. Aliás, algumas expressões são representativas de seu tempo. Não deveríamos, por exemplo, eliminar da obra de autores como Monteiro Lobato e de Mark Twain — que foram alvo de polêmicas décadas após seus respectivos lançamentos — as referências históricas que fizeram e que contêm situações e termos hoje considerados preconceituosos. Como também não deveríamos mudar a letra da marchinha “Nega do cabelo duro, qual é o pente que te penteia?” (de David Nasser e Rubens Soares). Eu não deixaria, no entanto, de contextualizar aquela situação, usando-a eventualmente como exemplo em sala de aula, para ilustrar a questão histórica que envolve a construção da preconceitualização.

Quando Monteiro Lobato utiliza, por exemplo, uma referência à “Tia Nastácia” do Sítio do Pica-Pau Amarelo, como “aquela negra”, no contexto em que está sendo usada, a percepção não é (propositadamente inserida pelo autor) de natureza ofensiva. Não se deve retirar isso de uma obra, o que se deve é trazer o contexto à tona para que haja uma compreensão de como algo num determinado momento nem é percebido como preconceito. Mas,

sobretudo, enfatizar que as coisas podem mudar através dos tempos. E em muitos casos, devem.



Um dos artifícios usados por quem deseja inferiorizar a outra pessoa é tirar dela as características de ser humano. Por isso, as associações com animais acontecem com grande frequência. Há que se ressaltar que chamar alguém pelo nome de outros animais pode servir tanto para depreciar quanto para apreciar.

Dizer que uma mulher é uma gata ou o homem é um gato é um comentário elogioso, assim como dizer que alguém é uma águia ou um tigre. Mas existem formas preconceituosas de tirar a humanidade de alguém usando termos como rato ou cachorro.

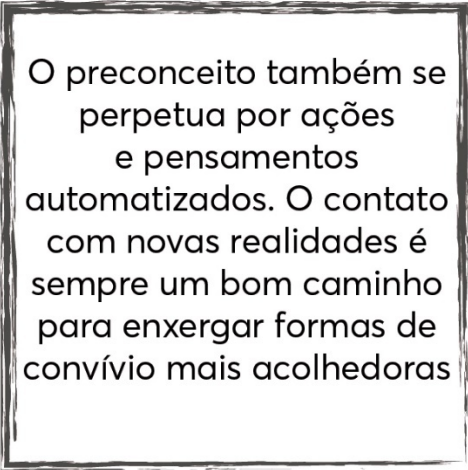
Apesar de o cão ser um animal admirado, designar alguém como cachorro transmite a ideia de um indivíduo sem-vergonha. No linguajar do dia a dia, o homem é chamado de cachorro quando é infiel ou quando apresenta acentuados desvios de conduta. Referir-se a uma mulher como “cadela” também tem um intuito altamente depreciativo.

Nesse tipo de situação, é possível observar inclusive a existência de preconceito dentro do preconceito. Por exemplo: o número de animais usados na associação a uma mulher a que se

queira atingir no campo da sexualidade é muito superior ao número de apelidos animais destinados a um homem. A mulher pode ser chamada de galinha, de cadela, de vaca, de cabrona, de potranca, de piranha... Em relação ao homem, a lista é mais limitada: cachorro, “um galinha”, veado. Preconceito dentro do preconceito, ou seja, até na hora de sermos preconceituosos há situações que têm uma carga muito maior de discriminação.

Fora da esfera da sexualidade, a animalização também é um expediente para ofensas raciais. Por exemplo, chamar uma pessoa negra de macaco. A intenção nesse insulto é sugerir que o alvo da ofensa tem uma inteligência assemelhada ao humano, mas não é humano, é como se fosse um pré-humano, um quase humano. Essa desumanização é uma maneira forte de depreciação e retrocesso na busca pela dignidade da vida coletiva.

Em nosso país, ainda com alto índice de analfabetismo adulto, a palavra “analfabeto” é usada como xingamento ou para mal avaliar alguém, sendo que na quase totalidade das vezes uma pessoa que, de fato, seja analfabeta o é por ter sido excluída, e não ter optado por essa condição.



O preconceito também se
perpetua por ações
e pensamentos
automatizados. O contato
com novas realidades é
sempre um bom caminho
para enxergar formas de
convívio mais acolhedoras

Um dos aspectos que mantém o preconceito na ativa é o pensamento automático. Quando meus filhos eram pequenos, alguns familiares faziam uma brincadeira típica do interior. Perguntavam: “Como é que muda pede café?” A resposta lógica era a muda (no caso, a mulher muda), junto ao balcão, unir polegar e indicador e fazer o sinal de xícara de cafezinho. Na sequência, perguntavam: “Como que cego pede tesoura?”. Imediatamente eles faziam o gesto do indicador batendo no dedo médio. E é óbvio que o cego fala: “Me dá uma tesoura, por favor?”. Mas é tão automático o raciocínio que a resposta sai inadvertidamente. É semelhante àquela clássica brincadeira de pedir para alguém falar rapidamente.

— Ema-ema-ema...

— Como chama a clara do ovo?

— Gema.

Ou variante “lombo-lombo-lombo”. Quem descobriu o Brasil?

— Cristóvão Colombo.

Eu, Cortella, docente que sou, passei por experiências que me fizeram perceber a existência desses mecanismos e, depois delas, fui mudando algumas coisas na minha linguagem. Por exemplo: passei a vida dando aulas e fazendo palestras, mas nunca havia ficado diante de uma plateia formada exclusivamente por cegos. A primeira vez foi em uma atividade na Sociedade Amigos da Biblioteca Braille, em São Paulo. Havia cerca de 200 pessoas no auditório.

Um primeiro estranhamento: nós, docentes, estamos habituados, enquanto falamos, que as pessoas estejam minimamente voltadas para nós. O aluno que não olha em nossa

direção é evasivo, distraído ou insolente. E eu tinha à minha frente metade da plateia virada para o lado esquerdo, e a outra metade para o lado direito. Nos primeiros 20 minutos senti um desconforto em relação àquilo. Depois, pude perceber que as pessoas, por serem cegas, estavam voltadas para as caixas de som.

Ora, eu tinha que alterar um paradigma meu. E a palavra “paradigma”, no grego arcaico, significa “mostrar ao lado”, isto é, o paradigma é um modelo. Uma coisa paradigmática é aquela a que eu recorro para usar como exemplo. Um paradigma é um jeito de pensar, de fazer, de olhar. O preconceito resulta de paradigmas imóveis. No meu paradigma docente, fiquei incomodado de não ter pessoas olhando em minha direção. Foi um grande aprendizado, e não parou ali.

O segundo momento de incômodo aconteceu no meio da palestra, porque notei que, por força do hábito, usei algumas vezes a expressão “vejam bem”. Esse é outro paradigma docente, nós passamos boa parte da vida lidando com pessoas que não são cegas e escrevendo na lousa ou no quadro.

Para piorar meus incômodos e aumentar meu aprendizado naquela situação, em determinado ponto da palestra, eu perguntei: “Vocês lembram daquela cena do filme E.T., em que eles voam com as bicicletas?”. E, então, tive de ouvir com muita humildade a lição que jamais esqueci: “Professor, a gente é cego, a gente não viu a cena”. Essa fala muito me ajudou em outras tantas ocasiões em que convivi com cegos em palestras.

Para completar, fiz uma bobagem pedagógica absolutamente preconceituosa. Eu disse “oh, me desculpe”. Aí um deles falou, de maneira bem-humorada: “Professor, não peça desculpa, explique a

cena, descreva-a. Somos cegos, mas não somos tontos... Nós só não enxergamos com os olhos, mas somos capazes de raciocinar e de imaginar”.

Pode até parecer um lapso, mas aquela frase me perturbou profundamente porque passou uma ideia de diminuição da capacidade do outro. Não foi um “ops, desculpe, pisei no seu pé”. Foi um “desculpe, você não é capaz, e eu pedi uma coisa que você não conseguiria realizar”. E a resposta deles equivalia a dizer: “Eu consigo, apenas não faça desse jeito”, ou ainda, “sou capaz, só não faço do seu jeito”.

Desde então, eu não digo mais “pessoas que não enxergam”. Eu passei a falar “pessoas que não enxergam com os olhos”. Porque é claro que enxergam, mas de outra maneira. Também não digo: “Olhe aqui na minha mão”, pois aquele que não pode olhar com os olhos fica excluído. Se eu acrescentar o “se você puder”, ele é acolhido como alguém que não participa do mesmo modo, porém não é apartado, não é descartado.

Vale lembrar que a prevenção ao preconceito não é algo que se restringe só ao nosso redor, é uma questão que flui tanto para dentro quanto para fora de nosso círculo. Mesmo que a pessoa não seja vitimada diretamente por alguma forma de preconceito, ela pode ter parentes, amigos e outras pessoas em seu meio que são passíveis de sofrerem com atitudes de discriminação ou segregação.

Essa é uma perspectiva que todos devem ter para ajudar na própria percepção do alcance do trabalho que desempenha na sociedade no combate ao preconceito. Consequentemente, há a

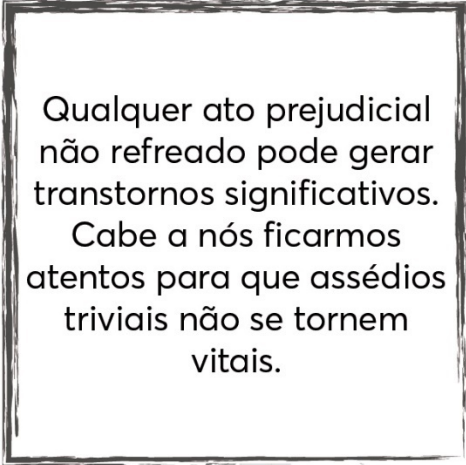
irradiação da consciência em relação à recusa do preconceito para as demais esferas da vida coletiva.

CAPÍTULO 5

PEQUENOS DELITOS, GRANDES ESTRAGOS

O Corpo de Bombeiros tem um ensinamento que pode nos ajudar muito no dia a dia: “Nenhum incêndio começa grande”. De fato, todo incêndio de grandes proporções tem início com uma faísca, uma fagulha. E isso também se aplica ao campo da Ética, no que se refere à nossa capacidade de preservação da vida coletiva. Em situações de convívio na família ou na escola, por exemplo, o descuido com integridade, com a dignidade pode repercutir para o resto da vida de uma criança ou de um adolescente.

Muitas vezes, o declínio ético, a ruptura moral, emerge a partir de pequenos atos. As grandes patifarias se estabelecem pouco a pouco, quando aceitamos gestos de delinquência de proporções aparentemente diminutas. Entretanto, é a soma das pequenas infrações no cotidiano que produz um vazamento de grandes proporções em nossa postura ética. Isso vale especialmente para a formação de pessoas, para a convivência, para a vida.



Qualquer ato prejudicial
não refreado pode gerar
transtornos significativos.
Cabe a nós ficarmos
atentos para que assédios
triviais não se tornem
vitais.

Se não houver um refreamento, uma prática danosa tende a se proliferar. A não reação ou a própria impunidade em relação ao ato maléfico propicia um movimento crescente, porque gera aumento de poder de natureza psicológica ou efetiva, seja na consciência de quem pratica (que se supõe mais poderoso), seja um poder real, em que a pessoa humilhada se torna refém daquele que a oprime. Por isso, a principal intenção é que a gente consiga repensar, bloquear, impedir esses movimentos que são triviais no ponto de partida, porém catastróficos no ponto de chegada.

Aqui se inclui o fenômeno do bullying, tão discutido, deflagrado e difundido nos últimos anos. Há pessoas que dizem “no meu tempo, ninguém falava em bullying”. De fato, o nome não era propalado no ambiente escolar, mas o fenômeno sempre existiu. Ganhou esse nome e entrou na pauta das discussões, em grande medida, também porque as questões éticas estão mais avivadas no nosso dia a dia.

Esse cuidado reforça a percepção de que é necessária a prevenção para evitar a remediação. Na realidade, os dois polos — prevenir e remediar — são necessários. Mas a prevenção é mais eficaz porque bloqueia aquilo que é maléfico no seu ponto de

origem e, desse modo, impede que um pequeno córrego se transforme em uma inundação.

Apelidos vexatórios, fofocas, piadas de mau gosto, atitudes agressivas e gozações são exemplos de assédios triviais, aqueles que imagináramos de menor proporção, mas que, à medida que se avolumam, atingem a vida da pessoa de uma maneira mais intensa e direta. Nesse ponto, os assédios triviais transformam-se em assédios vitais. A distinção entre um e outro é a intensidade. Também pesa o fato de ser algo que atinge a vida em seu conjunto e, dessa maneira, adentra o território do biocídio. O bullying é um exemplo dessa clara intenção de depreciar a outra pessoa.

A expressão biocídio indica o aniquilamento da vida em suas múltiplas manifestações. Há vítimas do biocídio no dia a dia de várias maneiras. Seja no assassinato das pessoas, seja na depreciação do meio ambiente, colocando em risco de extinção várias espécies de seres vivos, seja na convivência destrutiva em espaços coletivos como empresas, escolas e famílias.

Logo, o biocídio é muito mais comum e camuflado do que possamos imaginar. E existe o biocídio também pela violência simbólica, expressa sobretudo pelo preconceito, quando a pessoa se sente depreciada, apequenada, humilhada, excluída.

Por sua vez, o biocídio é o desprezo ao outro, a sensação de que a pessoa é menos, a tentativa de aniquilar a vibração de vida nela, transformando-a em menos-vida, uma vida que seja inferior, em termos de dignidade, capacidade, validade.

O biocídio pode se originar inconscientemente por parte de quem o pratica. Nem sempre se trata de uma má intenção na origem, porém produz um mau resultado, porque é uma prática de

convicção em relação à menor validade de outra pessoa. E nisso, independentemente de haver ou não intenção, o efeito é o mesmo. É claro que existe o praticante que age de maneira consciente, que se satisfaz, que supõe obter o aumento do seu próprio valor à medida que diminui a outra pessoa.

O biocídio pode ser sutil, realizado pela força do hábito e pela falta de reflexão. Por exemplo, alunos da Educação Infantil, ao voltar do intervalo, ouvem do professor ou professora a seguinte frase: “Formem duas filas”. Até aí, tudo bem, a função da fila é justamente ajudar a organizar as pessoas num determinado espaço. Logo em seguida, muda a lógica: “Meninos de um lado, meninas do outro”. Ora, a função de uma fila não é separar por gênero. A função de uma fila é organizar. Nem nos bancos nem nos supermercados existem “caixa para homem” e “caixa para mulher” e todas as outras variáveis. Onde tem fila separada por gênero? Escola, penitenciária e hospício, que são três instituições de normatização social.

Outro fenômeno que acontece com a fila: por que, em sua consciência, um professor ou uma professora organiza uma fila por altura? Qual é a lógica? Para criar o baixinho? Porque a ideia de baixo ou alto é uma questão de referência. “Ah, mas qual seria o outro critério?” Organizar por ordem alfabética, por exemplo. Começar com A, B e C; no dia seguinte, por B, C e D e daí por diante, até chegar no A novamente. É preciso criar alternativas para impedir a discriminação, a ideia de que uns valem mais por causa da altura que têm, pela calça que usam, pelo tênis que calçam. É necessário ficar alerta a um conjunto de perspectivas no qual a lógica é criar diferenciações para a exclusão.

Esses exemplos da fila separada por gênero ou pela altura dizem respeito a uma situação trivial, mas de alcance vital, sobretudo se considerarmos o número de pessoas que, por conta da altura, da cor da pele, de características fisionômicas, não coincidem com o poder hegemônico.

Outro exemplo é o material didático que, de maneira geral, é muito uniforme em relação à identidade daqueles que o ilustram, portanto, a própria ilustração precisa ser feita com cautela para não induzir a esse tipo de conformidade. O material didático deve levar em conta a diversidade, seja étnica, seja de compleições físicas, de modo a enfatizar a riqueza existente nas várias formas de ser humano.

São situações às quais devemos estar atentos e irmos retirando do circuito no dia a dia sempre que se perceba uma ameaça à dignidade humana. Assim como impedir o uso de apelidos que não sejam carinhosos, de brincadeiras que produzam constrangimento, de atitudes deliberadas com o propósito de degradar a vida.

Os biocídios se manifestam de várias maneiras em nosso dia a dia e, muitas vezes, sequer causam estranhamento. Por exemplo, há muitos anos, uma poderosa multinacional fez uma peça publicitária com a seguinte lógica: “Use o curativo X, porque é da cor da pele”. Em uma sociedade multiétnica, pergunta-se: cor da pele de quem? O mesmo se dá em meias anunciadas “da cor da pele”. Ora, em uma sociedade que preze pela dignidade coletiva, haverá curativos e meias “cor da pele” de tantas cores quantas forem as cores das peles das pessoas que nela vivem.

O fenômeno também aparece estampado em embalagens de xampu, que indicam produtos para “cabelos secos”, para “cabelos oleosos” e para “cabelos normais”. Do ponto de vista científico, o que é um “cabelo normal”? É o que não é seco como o dos afrodescendentes? Nem oleoso como o dos índios e asiáticos? É o cabelo dos europeus? Claro que não. Esse tipo de classificação acontece porque existe uma suposição de que existem os humanos que são “normais”, que têm a pele da cor “normal”, o olho do jeito “normal”.

E, durante décadas, as pessoas ouvem falar de curativo “cor da pele” ou de “xampu para cabelos normais”, sem notar que estão diante de um óbvio tão irrefletido que nem sequer chega a ser considerado um preconceito. Porém, são, sim, expressões de biocídios, das pequenas mortes da nossa humanidade. Humanidade em sentido duplicado como sendo a nossa maneira de existir nesta vida e como a nossa dignidade ética coletiva.

Há uma desumanização quando praticamos ou compactuamos com essas mortes cotidianas!

Convém sempre lembrarmos do alerta feito pelos antigos, com uma frase terrível, e verdadeira: “O peixe apodrece pela cabeça”. Nós não podemos admitir o apodrecimento da cabeça, e isso acontece quando achamos que as coisas são como são e não há outra maneira de elas serem.

Apelidos ofensivos, humilhação, piadas, constrangimento. O bullying pode se manifestar de várias maneiras, mas é sempre uma prática violenta que visa à exclusão da vítima.

O bullying é, em grande medida, uma forma de autoafirmação. Só que autoafirmação para quem é fraco. A intenção é depreciar o valor daquele que é ofendido, colocá-lo num patamar inferior.

Uma palavra antiga que pode definir bem essa atitude é “pusilânime”, que na origem latina significa “fraco”, “covarde”. Em parte, o preconceito daquele que deprecia a outra pessoa, tentando afirmar que ela não é igual, além de demonstrar fragilidade mental do depreciador, evidencia pusilanimidade, isto é, fraqueza. Porque ***o agressor é alguém que só se sente capaz de crescer se rebaixar alguém, e a pessoa que só se eleva quando rebaixa o outro é pusilânime.***

Nem sempre é fácil a percepção do que o bullying está significando em termos de preconceito ou mesmo qual a fronteira que o separa da brincadeira. Mas o que caracteriza uma brincadeira é que todos os que dela participam gostam de estar inseridos naquela situação, seja no truco, no futebol, na queimada, no passa-anel. No Jogo de Mico, se o mico ficar comigo, vão rir de mim, bater nas minhas costas. Isso não é bullying, é o espírito do jogo. O princípio básico é que todos se divirtam, mesmo quem perde, porque perder faz parte do jogo. Chamar alguém de macaco, se

estamos jogando o mico — e qualquer um de nós poderá sê-lo se pegar a carta —, é muito diferente de utilizar a palavra “macaco” para dizer “você é um semi-humano”, “um menos humano” ou um “pré-hominídeo”.

O bullying não é um jogo, é uma maneira covarde de exaltar-se diminuindo a outra pessoa. Por isso existe uma fronteira. Na brincadeira, todos se alegram e até quem perde quer voltar a jogar. Ao passo que, no bullying, quem é vitimado não deseja mais conviver com aquele grupo.

Não se pode supor que o bullying é apenas uma forma de preconceito. Ele é o preconceito em um nível elevado de ofensa e agressão, pois tem como intenção excluir a pessoa.

Nem sequer é tolerância passiva, mas sim a tentativa de arrancar o outro do convívio por considerá-lo um diferente. Até mesmo quando a diferença se dá por uma virtude. O aluno que se destaca pelas boas notas pode ser alvo de assédios vitais. Pela lógica do agressor, quem está acima precisa descer do nível em que ele se encontra. Para isso, é preciso arranjar alguma maneira de inferiorizá-lo: seja porque usa óculos ou porque o cabelo é despenteado ou porque a professora o chama com frequência...

E um dos mecanismos perversos do bullying é que ele acaba conquistando a adesão dos demais. Quem engrossa o coro das ofensas se move pela ideia de que, na existência de outro alvo preferencial e mais exposto, ele mesmo passa despercebido, e portanto, corre menos risco de ser atingido. É também uma maneira de delimitar um espaço: “Eu pertenço ao grupo do poder e não ao cordão dos excluídos”. É o famoso “nós e eles”, que está presente nas mais variadas demonstrações de fanatismo.

A clássica frase de Sócrates (c 469 a.C.- 399 a.C.) “só sei que nada sei” várias vezes foi mal interpretada. O pensador grego não era tonto e nem tinha falsa humildade. Ele não estava dizendo que nada sabia, inclusive porque seria dizer que quem elogiava a sua sabedoria seria um tonto. A frase dele era no sentido de “só sei que nada sei por completo”, “só sei que nada sei por inteiro”, “só sei que nada sei que só eu saiba”, “só sei que nada sei que o outro não saiba”. Em outras palavras, “eu sei que eu não sou a única forma legítima de ser humano, existem outras formas”.

Já o fanático e, portanto, aquele que carrega o preconceito, que manifesta a violência física, a violência moral e simbólica, não dá legitimidade à vida alheia, isto é, deprecia o valor de vida humana. É, repito, fraco de espírito.

Por muito tempo ouvi uma frase – cuja autoria é controversa, podendo até ser da sabedoria popular – que diz ***“uma pessoa só deve olhar outra pessoa de cima para baixo quando for para ajudá-la a se levantar”...***

CAPÍTULO 6

O FUTURO E A DIVERSIDADE

O tema do preconceito levanta várias questões inquietantes, que podem assolar até mesmo pessoas atentas e empenhadas em não cometer biocídios cotidianos.

Por isso nossa insistência em ficarmos alertas, pois somos presas fáceis do ato falho herdado de mudanças conceituais sobre pré-conceitualizar e podemos ser agentes perpetuadores de atitudes humilhantes e preconceituosas quase invisíveis. Quase.

Por exemplo: “Se eu não aceitar o outro como ele é, significa que sou preconceituoso?”.

Esse é um terreno complexo, que merece uma reflexão para nos ajudar a esclarecer a questão: conforme já abordamos, compreender é aquilo que antecede acatar ou rejeitar. Compreender é diferente de aceitar. O preconceito emerge quando se aceita ou rejeita algo sem antes o ter compreendido. Não há preconceito apenas porque eu rejeito alguém. Porque se qualquer discordância for preconceito, aí tudo vale. E, nessa condição, a vida coletiva harmoniosa fica impossível, e a paz não encontrará lugar.

Ninguém pode ser tachado de preconceituoso apenas por não aceitar uma pessoa do jeito que ela é. Mas toda aceitação ou rejeição precisa resultar de uma avaliação equilibrada.

Não é a discordância que caracteriza o preconceito. O que torna algo preconceituoso é a concordância ou discordância sem uma compreensão refletida, sem um processo crítico de purificação das ideias, sem uma avaliação em que os prós e contras sejam colocados na balança.

Por exemplo, eu, Cortella, compreendo a existência da submissão feminina em algumas sociedades, mas não a aceito. E não aceito porque compreendo criticamente que aquilo — do meu ponto de vista e de muita gente — é equivocado.

Todos precisamos levar em conta que, ao estabelecer um processo de demolição das ocasiões preconceituosas, o diálogo não é a concordância *a priori*. É a disposição para concordar ou discordar respeitosamente.

Dialogar não é concordar, dialogar é respeitar e ficar atento à posição do outro e defender a própria posição.

O diálogo pode gerar conflito? Sim, mas o conflito não é necessariamente negativo, nem uma ameaça à paz. Aliás, a vida em paz não é a da paz dos cemitérios.

Paz é onde não há confronto, mas se admite o conflito. Conflito é divergir de postura ou de ideias. Confronto é a tentativa de

anular a outra pessoa.

Durante muito tempo, nós vivemos em uma sociedade na qual o conflito — na família, na escola, na rua — fez parte do nosso dia a dia. Pouco a pouco, em várias instâncias sociais, inclusive na escola, fomos substituindo a noção de conflito pela quase glorificação do confronto. Nessa hora, sim, nós perdemos a paz.

O conflito é divergir de postura, de ideias, de opinião. Ele se estabelece a partir da tentativa de se afirmar, sem negar o outro. Aquilo que nega o outro é confronto. A violência é a admissão do confronto, não é a aceitação do conflito. Isso vale na família, no trabalho, na empresa, na escola.

Quando pessoas se juntam, podemos ter resultados de duas naturezas: uma **comunidade** ou um **agrupamento**. Em uma comunidade há pessoas juntas, com objetivos compartilhados, mecanismos de autoproteção e de preservação recíproca. Em um agrupamento há pessoas com objetivos apenas coincidentes, sem mecanismos de autoproteção e de preservação recíproca.

Por exemplo: uma família ou uma cidade tem de ser uma comunidade. E em uma comunidade existe conflito. No agrupamento existe confronto. O conflito faz crescer, ele se dá na diversidade. O confronto é assumir a diversidade como desigualdade. O confronto é anular o outro por não o considerar um igual.

TODOS NO MESMO
BARCO:

Mudar o lema de "cada um por si e Deus por todos" pela máxima de "um por todos e todos por um" pode fazer toda diferença na história da convivência humana.

O preconceito é também uma forma de intolerância, porque a palavra "tolerar" significa admitir. Quem trabalha bem a ideia de tolerância é Leonardo Boff, em especial no segundo dos três volumes da coleção *Virtudes para um outro mundo possível*, em que faz uma diferenciação entre tolerância ativa e passiva.

Resumidamente, a tolerância passiva seria aquela em que um indivíduo não se indis põe contra a existência daquele que é diferente, mas também não a valoriza. É como se o discurso fosse: "Ok, somos diferentes, mas eu é que sou bom", "Não vou para o confronto, mas também não o coloco como um igual".

Já a tolerância ativa procura capturar na outra pessoa pontos para estabelecimento de pontes. Isto é, de identidades que mostrem o olhar do outro como outro, tendo nele uma fonte de admiração, de aprendizado e de reconhecimento. E a palavra "reconhecer" é muito forte, porque um dos aspectos principais na percepção da tolerância é quando um ser humano se reconhece no outro.

Embora Leonardo Boff trabalhe bem essa ideia, não utilizarei a noção de tolerância, até pelo fato de ela ter origem na Europa no século XVII, quando as guerras religiosas começaram a atrapalhar os negócios. Com a Revolução Industrial em curso na sua primeira

fase no mundo britânico, depois se espalhando pelo restante do continente, os confrontos entre cristãos trouxeram distúrbios para o andamento da economia. Em reação a esse quadro, o conceito de tolerância passou a ser mais intensamente difundido. Para algumas pessoas, como sendo um valor moral positivo, para outras, uma maneira de estancar os confrontos para não prejudicar os negócios.

Nessa mesma época, o pensador inglês John Locke (1632-1704) produz o clássico texto *Carta acerca da tolerância*, que contrapõe o pensamento liberal na filosofia ao direito divino. Locke traz uma reflexão sobre a importância da convivência pacífica, que tem como um de seus motes que cada um (e aí entra o liberalismo) deve procurar os seus próprios interesses. Há um risco nessa percepção de tolerância ao se trabalhar com a ideia de que a regra é “cada um por si e Deus por todos”. Cada um é cada um e é como é. Você não é como eu, não há problema. Mas eu e você somos diferentes.

Por isso, em vez de tolerância — embora entenda a perspectiva pela qual Leonardo Boff utiliza tão bem essa expressão, pois está retomando o conceito histórico — optarei pelo termo “acolhimento”. “Quando eu tolero você”, eu até admito que você exista quase que dizendo: “você está autorizado a ser como é, mas eu não o valorizo”. Enquanto acolher significa “eu recebo você em mim como um igual”.

Nessa hora, o acolhimento é a anulação da possibilidade de preconceito, à medida que eu vou entender que a diferença é uma riqueza, um benefício e não um malefício. E se olho a diferença como um benefício, e a diferença não está em mim, eu me reconheço.

Na narrativa judaica da origem da Humanidade, no livro de Gênesis, quando Caim mata Abel, a Divindade pergunta a Caim: “Onde está teu irmão?”. E essa frase, que ecoa na história humana, tem uma marca forte em duas situações: a primeira na palavra “irmão”. Isto é, no sangue do teu sangue, naquele que é igual a você. E a segunda é a pergunta sobre a responsabilidade: “Onde está?”. Você tem responsabilidade pelo outro também. “Onde está teu irmão?” E Caim tenta se esquivar: “O que eu tenho com ele?”. Essa frase expressa aquilo que não desejamos como sentido da tolerância.

A noção de tolerância não pode se acomodar na ideia de “cada um por si e Deus por todos”. Remarquemos: é preferível o acolhimento do “um por todos e todos por um”. Embora tenha um conteúdo romântico, isso não pode ser denegado nem descartado, porque ainda que não seja uma realidade, é um horizonte.

O preconceito corrói a possibilidade do “um por todos e todos por um”. Ou ele coloca a si mesmo na sombra em nome da tolerância, mas não eleva a outra pessoa, ou é explícito e assim pratica a ofensa, a discriminação, a violência física ou simbólica.

Por tudo isso, é preciso entender que a ***Diversidade é um patrimônio!*** As grandes conquistas da nossa espécie se deram pela cooperação, não pela competição. Logo, é preciso achar alternativas que melhorem o nosso modo de convívio.

Quando se fala do homem primitivo (o pré-histórico ou o homem das cavernas), muitos o imaginam como um ser violento. É preciso lembrar, no entanto, que a nossa estruturação como espécie se deu em grande parte pela capacidade de cooperação entre os indivíduos. Nós não fomos um animal que trouxe a competição

como modo de vida. Aliás, se não fôssemos um animal cooperativo, nem sequer teríamos sobrevivido. As outras espécies, que são mais fortes e velozes, têm bem mais condições de sobrevivência do que nós.

Somos animais extremamente frágeis. Para termos força, precisamos viver juntos o tempo todo. Somos seres gregários. O radical “greg”, do indo-europeu, significa “rebanho”. Temos de viver em rebanho, por isso, “congregamos”. E, pelo mesmo motivo, precisamos ter cuidado para não “segregar”. Há pessoas que, em vez de fortalecer os mecanismos de congregação, consideram mais fácil segregar — seja no ambiente familiar, social ou escolar.

“Temos um problema sério com alguém? Vamos segregá-lo. Se o congregarmos, teremos de lidar com ele e com o problema.” Existem ambientes que desenvolvem a ideia de competitividade a qualquer custo, em vez de trabalhar com a noção de cooperação, que foi o que garantiu a nossa existência como seres vivos.

Se o fato de ser gregária assegurou a sobrevivência de nossa espécie, o que confere riqueza à nossa condição é justamente a nossa diversidade. Se o segredo da vida é a biodiversidade, o segredo da vida humana é a antropodiversidade, a diversidade do humano.

É a diferença que traz a beleza. Uma paisagem idêntica é monótona. O deserto ganha beleza quando temos nuances e variações na areia. Nos polos, o gelo contínuo tem beleza em um primeiro momento, mas depois o cenário é de monotonia. A beleza brota da diversidade. Por isso gostamos de ramalhetes. E até quando oferecemos um buquê de rosas, entremeamos com folhas verdes para romper a monotonia cromática.

Na orquestra sinfônica, o que apreciamos é a diferença de sons em harmonia. A metáfora musical ajuda bastante na nossa reflexão, porque o que é uma música senão a harmonia da diversidade? Sem a diversidade dos acordes e a diferença de andamentos, teríamos uma monotonia e um ruído em vez de música. Imagine o quanto teríamos de redução do nosso repertório de emoção estética se não fosse a diversidade.

A beleza da música está em concertar a diversidade. É claro que algumas formas musicais são monotônicas, mas elas cumprem outra finalidade. Algumas peças de música religiosa ou alguns mantras visam a um estado de serenidade, de ausência de movimento.

Outro exemplo possível é o da escola de samba, que com suas cerca de 3 mil pessoas, cada qual com uma função, evolui dentro do mesmo ritmo, unida em torno de um mesmo propósito. Não é à toa que um dos quesitos avaliados é justamente a harmonia. Tudo aquilo que é atividade coletiva pode ser utilizado como exemplo de que a junção de diferenças pode tornar a vida mais interessante e enriquecida. Esportes coletivos também são analogias importantes para aumentar essa percepção.

E, também por analogia, podemos depreender que o preconceito desafina a harmonia e apodrece a experiência da capacidade de termos uma vida mais bela.

Nessa hora, ***a ética se junta à estética.***

Por isso, o preconceito, além de tudo, é feio. Ele tira a beleza da diferença na convivência, deseduca nossa viável nobreza, não ornando com vida plena.

Portanto, a recusa à diversidade é feia!

Esta obra foi escrita com a intenção de reforçar que nós precisamos, em nosso dia a dia, reagir, recusar, afastar tudo aquilo que ameace a nossa condição de uma vida futura coletiva digna, alegre e feliz.

Muitos podem dizer: “Mas, você ainda tem a ilusão de num mundo como o de hoje falar de felicidade? A vida é prática, é concreta, falar em felicidade é utopia”. Ao que responderei: “Graças aos céus!”. Uma das piores coisas que pode haver no nosso cotidiano é perdermos as nossas utopias.

Nós temos uma utopia: participar da construção de uma vida feliz para todas e todos. Vida que não rareia, que não diminui, que não é marcada pela carência. Vida boa é aquela em que temos esperança de construir, edificar, consolidar, crescer. Vida boa é aquela na qual conseguimos afastar as falências das nossas utopias...

Paulo Freire não usava muito a palavra “utopia”, preferia a expressão “inédito viável”. É aquilo que ainda não é (e, por isso, é inédito), mas pode vir a ser (e, por isso, é viável).

Nós temos um inédito viável a pensar juntos também com a leitura desta obra, que é não permitir o apequenamento da vida, e sim cultivar uma sociedade que seja pautada por uma vida de paz, pela recusa à violência de qualquer natureza e que afaste a perspectiva de que estamos condenados a uma convivência que desertifica os nossos sonhos.

Então, a cada um de nós que usa a expressão “cada um por si e Deus por todos”, tenho esperança que a substitua por outra que siga a lógica do “um por todos e todos por um” ***na busca da vida plena e da aprendizagem em ser humano.***

PARTINDO...

LIBERDADE NA DIVERSIDADE!

Nunca me esqueci da primeira vez em que ouvi um ditado chinês que é de grande valia para concluir esta nossa reflexão: ***“Quando o jogo de xadrez acaba, o peão e o rei vão para a mesma caixinha”.***

O impacto veio quando notei que estava distraído para essa absoluta verdade: nossa igualdade na diversidade!

Ainda assim, há pessoas que, empinando o nariz, dizem: “Você sabe com quem está falando?”. Essa fala demonstra a ausência de visão de alteridade. Essas pessoas se supõem detentoras de todos os direitos e todas as autorizações, que podem agir da maneira que julgarem conveniente. Essa visão quebra a capacidade de uma relação honesta, transparente, leal e de dignidade coletiva.

Humildade é um elemento que deve estar presente em nosso dia a dia ao lidarmos com crianças, jovens e adultos aprendentes. Afinal de contas, só é um bom ensinante quem for um bom aprendente.

E como se libertar dos próprios preconceitos? A primeira coisa que se deve fazer para espantar fantasmas é acender a luz. A frase é antiga e verdadeira: *“O sol é o melhor detergente”*. Isto é, traga à luz aquilo que você sabe que pode afetá-lo.

O escritor e filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) tem uma definição especial sobre ética que nos ajuda a mantê-la em nosso horizonte: *“Ética é a vida boa para todas e todos em instituições justas”*.

A fim de aprimorar nossa reflexão, vale destrinchar essa frase.

A parte mais fácil é “todas e todos”. Até porque, se ficar alguém de fora, não é uma ética completa, sem pré-conceitos.

Mas, e o que é “vida boa”? É aquela em que o indivíduo não é humilhado pela falta de trabalho digno, não é ofendido pela ausência de lazer sadio, não é vitimado pela falta de moradia adequada, não é atingido pela ausência de comida, de escolaridade acessível, de sexualidade livre. Isso é vida boa.

E o que são “instituições justas”? As que conseguirem garantir vida boa para todas e todos! Só assim a Escola, a Família, o Poder Público, a Mídia, a Religião, a Empresa etc. poderão ser chamadas de justas!

É por isso que, para sermos também pessoas justas, devemos prestar atenção ao preconceito dissimulado ou internalizado. E, sobretudo, não podemos perder de vista a perspectiva lembrada no ponto de partida: ser humano é ser junto! O racismo não é um problema exclusivo de negros, nem o machismo uma barreira imposta apenas ao universo feminino, tampouco a homofobia é uma ameaça somente a pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo.

Nessa hora, vale lembrar que não existe liberdade individual. A minha liberdade não acaba quando começa a do outro, mas sim, quando acaba a do outro. Se algum ser humano não for livre da fome, ninguém é livre; se alguma pessoa não for livre da discriminação, ninguém é livre; se qualquer um ou qualquer uma não for livre do preconceito, ninguém é livre.

É a liberdade e o comprometimento expresso de modo direto e belamente resumido pelo inestimável Saint-Exupéry (1900-1944):
“Cada pessoa é responsável por todas”!